

## Florestan Fernandes: a vitalidade de um pensamento político

Paulo Henrique Martinez\*

O pensamento político do sociólogo Florestan Fernandes guarda muitas possibilidades de reflexão e de desdobramentos investigativos. Conhecemos, hoje, inúmeros livros que estudam o conjunto de sua obra, esmiuçando aspectos e temáticas ali abordados – educação, metodologia, o negro, entre outros. Há também vários escritos sobre a sua trajetória biográfica e intelectual. São demonstrações da vitalidade desta reflexão sobre a sociedade brasileira construída na segunda metade do século XX.

Os olhos analíticos de Florestan Fernandes miram a realidade social passada e presente em duplo movimento de perspectivas. Uma habilidade camaleônica de observação, capaz de deter-se fixamente em um foco determinado, e de mobilidade do olhar que apreende múltiplas determinações na realidade interrogada. Florestan Fernandes denominou com precisão este procedimento analítico: histórico-sociológico.

Esta duplicidade na captação de sentidos sociais opera outra, a de perspectivas. Uma é cultural, imersa no ambiente dinâmico e criativo dos tempos de nacionalismo e das agruras do desenvolvimento econômico em nosso país. A outra é política e desponta das contradições sociais e dos antagonismos de classes que povoaram e deram densidade histórica à vida nacional até o triunfo ideológico do neoliberalismo entre nós, na década de 1990. Estas duplicidades operacionais de percepção comparecem em ações institucionais e políticas, pelo exercício da análise crítica e rigorosa, na universidade, e, a partir da ditadura militar, na avaliação do momento político veiculada na imprensa e alardeada em debates com diversificados movimentos sociais.

A bibliografia disponível sobre Florestan Fernandes elucidava vários destes aspectos com maior ou menor riqueza de informações, registros e comparações. Ela nos alimenta com juízos críticos e aprofundados e permite a compreensão diacrônica e sincrônica de sua reflexão sociológica e histórica. Os esforços têm sido, predominantemente, compreensivos e explicativos dos contextos e das formulações intelectuais em dada obra ou conjunto delas, pesquisas ou momentos biográficos e de ação institucional.

O conhecimento histórico da organização da sociedade brasileira sugere a leitura da obra de Florestan Fernandes seguindo a via de seus estudos que assumiu vigor

---

\* Professor do Departamento de História da Faculdade de Ciências e Letras de Assis, UNESP.

interpretativo e marcos teóricos precisamente demarcados sobre os dilemas da dominação de classes no Brasil. Esta organização de estudos conta com duas sugestivas iniciativas editoriais. A primeira é a reunião de quatro textos no volume publicado nos Estados Unidos, em 1981, sob os cuidados do historiador norte-americano Warren Dean, intitulado *Reflections on the brazilian counter-revolution: essays* (New York: M. E. Sharpe). A segunda é de 2008, com a publicação, em espanhol, da coletânea de textos organizada pela professora Heloísa Rodrigues Fernandes, *Dominación y desigualdad: el dilema latinoamericano* (Buenos Aires: Prometeo/CLACSO).

Os dois volumes em edição estrangeira foram compostos com textos publicados no Brasil, são conhecidos e não há ineditismo. A originalidade e o significado residem na reunião de escritos voltados para questões específicas e que respondem pela unidade temática destes dois livros: a contra-revolução, a dominação e a desigualdade social. Não temos, ainda, estas e semelhantes coletâneas com segmentação analítica específica, editadas aqui, particularmente sobre o pensamento político de Florestan Fernandes e suas análises sobre dos referidos dilemas da dominação social no Brasil.

As duas coletâneas são instigantes e instrutivas para o estudo deste pensamento político. Ambas revelam em Florestan um arguto analista dos processos de dominação e de contra-revolução. Este analista, e também aprendemos isso lendo os textos selecionados por Warren Dean e Heloisa Fernandes, é maior e prevalece sobre qualquer indício de um estrategista da ação política. Este componente não deriva da escolha dos textos. É, antes, consciente e deliberado no próprio autor dos escritos ali reunidos. O fato pode parecer contraditório a alguém que, como Florestan Fernandes, não escondia sua admiração intelectual e política por Marx, Engels e, sobretudo, Lênin.

Esta renúncia a qualquer ambição de direção teórica e política, por um lado, causou frustração a inúmeros militantes que, no PT ou fora dele, engajaram-se nas duas campanhas eleitorais para deputado federal que o sociólogo paulista disputou – e foi eleito em ambas – em 1986 e 1990. A reivindicação de um papel intelectual consistentemente definido em ação e reflexão, por outro lado, foi sustentada mesmo em momentos politicamente adversos, como a “Nova República”, a queda do muro de Berlim, o governo Collor e a segunda derrota eleitoral de Lula, em 1994. O lema adotado em sua campanha para a Assembleia Constituinte expressou com nitidez este papel: “*contra as idéias da força, a força das idéias*”. Alguns títulos dos livros que publicou durante estes anos reafirmavam este sentido e o compromisso da ação política do intelectual engajado nas disputas sob a orientação socialista, como sugerem *Pensamento e ação: o PT e os rumos do socialismo* (1989) e *A contestação necessária* (1995).

Pode-se argumentar que Florestan Fernandes jamais migrou da universidade para a política, da reflexão para a ação política. Ou ainda dizer que houve uma rotação de perspectivas, de uma em direção à outra. Este raciocínio implica desconsiderar o papel político do intelectual que ele elaborou e assumiu para si, a partir da ditadura militar e depois dela. A reflexão contestadora foi alçada ao rol de tarefas políticas que incluíam a criação e a ampliação de espaços políticos para as classes trabalhadoras, a massa dos excluídos, dos marginalizados e a busca do caminho do poder.

A imersão de Florestan Fernandes na reflexão política resultava, de uma parte, da repressão do governo militar e, por outra, do próprio alcance das atividades dos intelectuais na política de índole reformista ou revolucionária. Para além dela, a reflexão, as demais tarefas políticas demandavam a dinâmica social e da luta de classes no Brasil, e colocava como inatingíveis ou inúteis opções teóricas fixas e obsessivas, diante do imponderável daquelas mesmas disputas e conflitos. Em segundo lugar, as oportunidades históricas para a transformação social podem ser perdidas e desperdiçadas nos confrontos políticos, tanto quanto podem ser construídas coletivamente nesta sociedade em contínuo processo de revolução democrática.

Nos escritos reunidos nas referidas coletâneas ressaltam as amarguras diante das evidências de que vivemos, no Brasil, um conflito político caracterizado como uma “contrarrevolução permanente”. Esta peculiaridade social poderia ser examinada em outras escalas, como a dos demais países da periferia do capitalismo, partindo dos textos em que Florestan Fernandes tratou da América Latina, por exemplo. O estudo da experiência histórico-social da revolução cubana é uma pista para desdobrar a sua reflexão política. Ele é indicativo também do vínculo político e ideológico que os intelectuais poderiam assumir na revolução contra a ordem e na construção do socialismo em nações de capitalismo periférico. A “contrarrevolução permanente”, por sua vez, estaria sujeita às variações históricas e sociais, contraditórias e inerentes ao próprio desenvolvimento capitalista, lançando-a, sistematicamente, no desafio de promover a própria reciclagem e atualização. Em seu embate para conter a revolução democrática, a contrarrevolução desafia, sistematicamente, a imaginação política e a criatividade intelectual sob os prismas do materialismo histórico no Brasil.

O pensamento político de Florestan Fernandes revela vitalidade teórica e prática bastante rica e insuficientemente examinada e difundida. Os estudiosos do marxismo no século XXI estão diante de volumosa carga de trabalho interpretativo e investigativo nas ciências sociais e na história do pensamento político. Esta situação poderia ser enfrentada, inicialmente, com uma seleção de seus textos que tratem da revolução

democrática no Brasil, o que podem nos dizer sobre o país de hoje e de perspectivas de futuras transformações. Em outra direção estaria o exame das experiências históricas em que a dominação de classe recorreu abertamente à contrarrevolução preventiva, como a ditadura de Franco (1939-1975), na Espanha, e o regime do *apartheid* (1948-1994), na África do Sul. Os resultados imediatos viriam nas possibilidades de análises comparativas e na avaliação dos marcos teóricos e interpretativos.